

BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

SUPERVISION OF GOVERNMENTAL EMPLOYEES — ALFRED M. COOPER — McGraw-Hill Book Company, Inc. — New York — 1943 — 202 págs. — \$1.75.

(Crítica de CHARLES H. BENTLEY, da *United States Naval Reserve* — Princeton — Nova Jersey)

E' motivo, talvez, para regosijo o fato de alguém haver escrito, afinal, um livro consagrado à supervisão dos servidores do Governo, distinguindo-a da que se refere a empregados industriais. Os supervisores do serviço público, durante algum tempo, têm estado à mercê dos missionários daquele dogma religioso conhecido como "Treinamento de Instrutores Profissionais". O Sr. Cooper, que certamente não é estranho a assuntos de treinamento, oferece, agora, aos novos supervisores, um estudo completo dos problemas relativos ao trato com os subordinados. Sua mensagem deve ser lida no silêncio dos gabinetes de estudo; se o leitor não levar em conta esse fato, é porque nunca aprendeu a ser chefe em cinco lições fáceis, de duas horas cada uma, cheias de abracadabra e votos de fé imorredoura.

O livro do Sr. Cooper é valioso para o servidor público que se encontre ocupando cargo de chefia. Os técnicos de pessoal que estejam planejando programas de treinamento de supervisores podem achá-lo útil para obter uma idéia de como geralmente é encarado o supervisor neófito, e para obter sugestões úteis a um programa de treinamento. Em sua essência, entretanto, o livro não foi escrito para técnicos de pessoal, mas para servir de guia, em nível bastante elementar, aos chefes de serviço nas repartições públicas.

Logo que um servidor público se vê colocado na função de chefe de equipe, multiplicam-se os seus temores, numa proporção alarmante. Até receber esta promoção, o novo supervisor tinha sido responsável apenas pelo seu próprio rendimento, e podia controlar esta produção pelos esforços de suas próprias mãos. Agora, entretanto, ele é o responsável pelo rendimento de um grupo de outros empregados, e só raramente poderá exercer ação física para aumentar esse rendimento. Em vez disso, é preciso que ele invente recursos e processos para encorajar e motivar seus subordinados a produzirem um bom

trabalho diário, usando, assim, mais o cérebro do que as mãos para aumentar a produção do departamento. O Sr. Cooper analisa o trabalho do supervisor nestes termos e, partindo dessa análise, passa a abordar o seu tema de supervisão. Os problemas de saúde e segurança, o desenvolvimento do moral do grupo, e as necessárias qualidades pessoais de liderança são amplamente estudados. O autor trata com especial desvêlo da responsabilidade do supervisor nas relações com o público, principalmente no que se refere aos contatos de seus subordinados com esse público. Todos os supervisores de serviço público fariam bem em tomar em consideração as sugestões do Sr. Cooper sobre este assunto.

O problema da delegação de autoridade é abordado, por tentativas, pelo autor, e a esse respeito o livro perde um pouco de seu vigor. Há, segundo êle, uma vasta diferença de opinião entre supervisores experimentados, relativamente à proporção de autoridade que o supervisor pode, com segurança, delegar aos subordinados. Na opinião do comentarista, há, entretanto, alguns princípios obviamente fundamentais, que podem ser enunciados sobre a questão de delegação de autoridade, e que podem ser ilustrados com exemplos específicos.

O Sr. Cooper deixou de aproveitar-se da oportunidade de enunciar e ilustrar êsses princípios, e aí é que reside a falha de seu livro: é, principalmente, uma filosofia de gabinete ("*arm-chair philosophy*"), e embora revele apreciável soma de experiência em administração de pessoal na indústria, deixa o leitor curioso por saber o grau de familiaridade do autor com os problemas do serviço público.

A esse respeito, veja-se, por exemplo, a seguinte afirmação:

Por muitos anos, as comissões de serviço civil tiveram a palavra final em todos os assuntos relativos à remuneração e às condições de trabalho dos servidores públicos. . . Estabeleceram taxas de remuneração para tôdas as funções do serviço civil, regularam o dia de trabalho, determinaram quando o tempo adicional deve ser pago, e tiveram muito que dizer a respeito de promoções.

Veja-se, também, o único aspecto da supervisão de servidores públicos, na administração pública norte-americana, visto pelo autor :

...quando alguém investido de autoridade se esquece da verdadeira função do emprego público e tenta estabelecer diretrizes de pessoal revolucionárias e até comunistas, em princípio. Isto geralmente acontece quando algum chefe jovem, que recebeu uma dose exagerada de internacionalismo marxista, em seus estudos acadêmicos, se encontra em posição de pôr em prática certas teorias radicais com as quais foi intoxicado... Seria desnecessário consagrar espaço nestas páginas para uma discussão dos problemas criados pelas práticas revolucionárias, não fôsse o fato de parecer que indivíduos ultra-liberais tendem a ingressar nos serviços do Estado em épocas de inquietação social.

Talvez o Sr. Cooper não tenha tido muita sorte na sua experiência com o serviço público. Por outro lado, talvez, a contemplatividade do Senhor Cooper seja o seu ponto mais vulnerável.

INDICAÇÕES

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1944 — COMISSÃO DE ORÇAMENTO, MINISTÉRIO DE FAZANDA — *Relatório* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944 — 2 volumes, — 395 e 418 páginas.

A Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda acaba de publicar o Relatório que acompanhou a proposta orçamentária para 1944. Trata-se de um trabalho em que vêm estudadas as principais questões orçamentárias afetas àquele órgão do Ministério da Fazenda, o qual, prosseguindo no seu programa de aperfeiçoamento de nossa técnica orçamentária, procura não só corrigir — mediante a implantação de novos métodos — as falhas que a tradição, aliada a uma legislação antiquada, infiltrou em nossas praxes financeiras, como também aproveitar o que há de bom na experiência do passado.

Desta vez, o Relatório da C.O. apresenta-se em dois volumes. No primeiro, que constitui o relatório propriamente dito, temos a clássica dicotomia orçamentária: *A Receita Federal* e *A Despesa Federal*. No segundo, vamos encontrar os quadros de discriminação da despesa, inovação que ora se inaugura.

O capítulo I do volume 1.º contém a análise da Receita Federal para 1944, que abrange todos os tributos da União e é ilustrado com o rico capítulo de estatística (III). No capítulo II vem exposto com toda sinceridade o método adotado na estimativa das rendas públicas. Tal o valor atribuído à sinceridade, em questões financeiras, que muitos autores a elevam à categoria de princípio orçamentário. Sabendo-se que a publicação da lei de meios, e o respectivo

relatório, constituem uma das fases do processo orçamentário — e das mais importantes nos governos democráticos — pode-se bem aquilatar a significação do presente trabalho. De fato, muito poucas repartições administrativas teriam a coragem demonstrada pela Comissão de Orçamento, neste particular. Submete a uma análise impiedosa os vários critérios adotados na estimativa das rendas públicas, desde a sua criação, em 1940, apontando-lhe as falhas e sugerindo reformas. Os resultados imediatos dessa política não se fizeram esperar, como se poderá ver do indiscutível progresso realizado neste setor de seus trabalhos. Os resultados indiretos e mediatos são de apuração mais difícil, dado o caráter imponderável de suas repercussões possíveis e a amplitude de seu raio de ação. Não temos dúvida, porém, de que os estudiosos das finanças, e todos os demais órgãos fazendários disseminados pelo território nacional, nos diversos níveis de governo, muito lucrarão com a observação atenta das experiências técnicas que se vêm processando na Comissão de Orçamento.

Outro indício de sinceridade e coragem têm-lo no capítulo IV — *Apresentação da Despesa do Orçamento* — capítulo de indagação teórica, em que se procura a melhor fórmula de dar conteúdo prático a dispositivos da Constituição de 1937 referentes à elaboração orçamentária. A C. O. estuda o problema do ponto de vista teórico, à luz das experiências estrangeiras, passadas e presentes, e das condições peculiares ao Brasil. Isto feito, conclui por uma determinada solução e experimenta-a na prática, cautelosamente, depois de declarar com franqueza que se trata de uma tentativa de acertar. E' o método de *trial and error* que tão fecundos resultados tem produzido na vida pública norte-americana. Com isso os interessados se inteiram dos estudos e trabalhos confiados à repartição, podendo servir-se da experiência realizada — quando mais não seja para evitar-lhe os erros e certificar-se de que há administradores vigilantes no setor a seu cargo, sadiamente conscientes de que ainda não atingiram a perfeição.

A Despesa Federal é analisada nas terceira e quarta partes, sob dois pontos de vista: segundo os diversos órgãos incumbidos de realizar as principais atividades governamentais, grupados em três grandes categorias — *Presidência da República e órgãos anexos, Ministérios Civis e Ministérios Militares*; e segundo a natureza dos gastos, distribuídos pelas verbas *Pessoal, Material, Serviços e Encargos, Eventuais, Dívida Pública e Obras*. Esta última apresenta-se neste ano com uma alteração importante: foi transformada no Plano de Obras e Equipamentos, em virtude da extinção em 31 de dezembro de 1943, do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que desde 1939 vigorava no país. No capítulo 14, destinado a êsse novo Plano, estuda-se a planificação e execução das obras públicas, e seu significado dentro do conjunto das despesas nacionais.

Os quadros de discriminação da despesa, que constituem o 2.º volume do *Relatório*, representam um ensaio resultante dos estudos consubstanciados no capítulo II. "Talvez fôra preferível não lançar, ainda, a público um trabalho com tão numerosas e manifestas imperfeições". Eis a confissão honesta da C.O., para concluir linhas adiante que "não hesitou em expor à curiosidade, à crítica e à cooperação de todos quantos se interessem pelo

Veja-se, também, o único aspecto da supervisão de servidores públicos, na administração pública norte-americana, visto pelo autor :

...quando alguém investido de autoridade se esquece da verdadeira função do emprego público e tenta estabelecer diretrizes de pessoal revolucionárias e até comunistas, em princípio. Isto geralmente acontece quando algum chefe jovem, que recebeu uma dose exagerada de internacionalismo marxista, em seus estudos acadêmicos, se encontra em posição de pôr em prática certas teorias radicais com as quais foi intoxicado... Seria desnecessário consagrar espaço nestas páginas para uma discussão dos problemas criados pelas práticas revolucionárias, não fôsse o fato de parecer que indivíduos ultra-liberais tendem a ingressar nos serviços do Estado em épocas de inquietação social.

Talvez o Sr. Cooper não tenha tido muita sorte na sua experiência com o serviço público. Por outro lado, talvez, a contemplatividade do Senhor Cooper seja o seu ponto mais vulnerável.

INDICAÇÕES

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1944 — COMISSÃO DE ORÇAMENTO, MINISTÉRIO DE FAZANDA — *Relatório* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944 — 2 volumes, — 395 e 418 páginas.

A Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda acaba de publicar o Relatório que acompanhou a proposta orçamentária para 1944. Trata-se de um trabalho em que vêm estudadas as principais questões orçamentárias afetas àquele órgão do Ministério da Fazenda, o qual, prosseguindo no seu programa de aperfeiçoamento de nossa técnica orçamentária, procura não só corrigir — mediante a implantação de novos métodos — as falhas que a tradição, aliada a uma legislação antiquada, infiltrou em nossas praxes financeiras, como também aproveitar o que há de bom na experiência do passado.

Desta vez, o Relatório da C.O. apresenta-se em dois volumes. No primeiro, que constitui o relatório propriamente dito, temos a clássica dicotomia orçamentária: *A Receita Federal* e *A Despesa Federal*. No segundo, vamos encontrar os quadros de discriminação da despesa, inovação que ora se inaugura.

O capítulo I do volume 1.º contém a análise da Receita Federal para 1944, que abrange todos os tributos da União e é ilustrado com o rico capítulo de estatística (III). No capítulo II vem exposto com toda sinceridade o método adotado na estimativa das rendas públicas. Tal o valor atribuído à sinceridade, em questões financeiras, que muitos autores a elevam à categoria de princípio orçamentário. Sabendo-se que a publicação da lei de meios, e o respectivo

relatório, constituem uma das fases do processo orçamentário — e das mais importantes nos governos democráticos — pode-se bem aquilatar a significação do presente trabalho. De fato, muito poucas repartições administrativas teriam a coragem demonstrada pela Comissão de Orçamento, neste particular. Submete a uma análise impiedosa os vários critérios adotados na estimativa das rendas públicas, desde a sua criação, em 1940, apontando-lhe as falhas e sugerindo reformas. Os resultados imediatos dessa política não se fizeram esperar, como se poderá ver do indiscutível progresso realizado neste setor de seus trabalhos. Os resultados indiretos e mediatos são de apuração mais difícil, dado o caráter imponderável de suas repercussões possíveis e a amplitude de seu raio de ação. Não temos dúvida, porém, de que os estudiosos das finanças, e todos os demais órgãos fazendários disseminados pelo território nacional, nos diversos níveis de governo, muito lucrarão com a observação atenta das experiências técnicas que se vêm processando na Comissão de Orçamento.

Outro indício de sinceridade e coragem têm-lo no capítulo IV — *Apresentação da Despesa do Orçamento* — capítulo de indagação teórica, em que se procura a melhor fórmula de dar conteúdo prático a dispositivos da Constituição de 1937 referentes à elaboração orçamentária. A C. O. estuda o problema do ponto de vista teórico, à luz das experiências estrangeiras, passadas e presentes, e das condições peculiares ao Brasil. Isto feito, conclui por uma determinada solução e experimenta-a na prática, cautelosamente, depois de declarar com franqueza que se trata de uma tentativa de acertar. E' o método de *trial and error* que tão fecundos resultados tem produzido na vida pública norte-americana. Com isso os interessados se inteiram dos estudos e trabalhos confiados à repartição, podendo servir-se da experiência realizada — quando mais não seja para evitar-lhe os erros e certificar-se de que há administradores vigilantes no setor a seu cargo, sadiamente conscientes de que ainda não atingiram a perfeição.

A Despesa Federal é analisada nas terceira e quarta partes, sob dois pontos de vista: segundo os diversos órgãos incumbidos de realizar as principais atividades governamentais, grupados em três grandes categorias — *Presidência da República e órgãos anexos, Ministérios Civis e Ministérios Militares*; e segundo a natureza dos gastos, distribuídos pelas verbas *Pessoal, Material, Serviços e Encargos, Eventuais, Dívida Pública e Obras*. Esta última apresenta-se neste ano com uma alteração importante: foi transformada no Plano de Obras e Equipamentos, em virtude da extinção em 31 de dezembro de 1943, do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que desde 1939 vigorava no país. No capítulo 14, destinado a êsse novo Plano, estuda-se a planificação e execução das obras públicas, e seu significado dentro do conjunto das despesas nacionais.

Os quadros de discriminação da despesa, que constituem o 2.º volume do *Relatório*, representam um ensaio resultante dos estudos substanciados no capítulo II. "Talvez fôra preferível não lançar, ainda, a público um trabalho com tão numerosas e manifestas imperfeições". Eis a confissão honesta da C.O., para concluir linhas adiante que "não hesitou em expor à curiosidade, à crítica e à cooperação de todos quantos se interessem pelo

aperfeiçoamento dos métodos orçamentários, um trabalho que, embora reconhecidamente imperfeito, poderá servir de base a estudos concretos, a fim de que esse aperfeiçoamento se torne efetivo no mais breve tempo possível". Estes os propósitos que a C.O. revela em seu *Relatório* — progresso e cooperação, com sinceridade.

O exemplo da Comissão de Orçamento é um padrão digno de ser seguido. A regularidade e cuidado com que apresenta seus relatórios já vão firmando tradição nos meios administrativos da Capital da República. Pena é que o hábito de apresentar relatórios — de informar o público quanto ao trabalho interno das repartições — encontre tão raros adeptos entre nós. No momento, poucas são as repartições que apresentam os relatórios anuais exigidos em quase todos os regulamentos e regimentos dos órgãos públicos federais.

Se tivéssemos que destacar uma feição particular no relatório em apreço, diríamos que sua marca característica é o fato de se tratar de um trabalho elaborado por técnicos, por profissionais. Sente-se imediatamente a segurança, a precisão e a modéstia do indivíduo conhecedor de seu *métier*, que foge das generalidades e banalidades vazias e não teme expor suas dificuldades e pequenos fracassos. Num trabalho de caráter técnico, cumpre na verdade que as questões sejam apreciadas e examinadas por pessoas dotadas de conhecimento especializado, visto que já estamos longe da época da cultura enciclopédica. A administração pública, por exemplo, já se destacou de outras ciências em que se achava englobada, possuindo hoje um corpo de princípios e doutrina capaz de erigi-la em ciência autônoma: Eis por que ultrapassou a fase do amadorismo fácil. Seus cultores, agora, terão necessariamente de possuir a técnica que lhe é própria, desenvolvida lentamente em vários países do mundo, sobretudo nos Estados Unidos. Da combinação do técnico de administração com o especialista em finanças, nasce o técnico de orçamento — carreira recentemente criada no Departamento Administrativo do Serviço Público, a qual, juntamente com os assistentes de orçamento do Ministério da Fazenda, constitui o quadro funcional dos que se dedicam no Brasil à pesquisa e melhoria dos métodos orçamentários.

A autoridade do *expert*, a própria ética vigorante entre oficiais do mesmo ofício, exigem desses profissionais grande rigor e escrúpulo no desempenho de suas atribuições, o que, por sua vez, inspira ao público uma confiança comparável à do paciente que se entrega a um cirurgião reconhecidamente competente.

* * *

FACTORY INSPECTION IN GREAT BRITAIN —
T. K. DJANG — George Allen & Urwin — Londres
— 255 págs. — 12 sh e 6 d.

Nota do editor:

A inspeção de fábricas é um serviço social imprescindível no Estado Moderno. A imposição de um padrão nacional mínimo de condições de trabalho, feita através de lei parlamentar, se torna necessária, uma vez que os trabalhadores não são bastante fortes para obter satisfatória proteção de suas vidas e de seu bem-estar, sem a sanção

da lei. Uma legislação industrial que não disponha de um sistema adequado de inspeção destinado a seu cumprimento é, entretanto, ineficaz e inútil. Por isso, o estabelecimento do sistema inglês de inspeção fabril, em 1833, foi um marco de grande importância.

A inspeção de fábricas da Grã-Bretanha é universalmente reconhecida como sendo a melhor do mundo. Além disso, tem sido imitada por quase todos os países que atingiram notável grau de desenvolvimento econômico. O seu valor, de modo algum, se limita aos tempos de paz. Desde o rompimento da guerra, a sua contribuição ao esforço nacional se tem feito sentir por modificações de grande alcance, que compreendem a transferência da Inspeção de Fábricas do Ministério do Interior para o Ministério do Trabalho e Serviço Nacional, bem como a criação de um Departamento de Fábricas e Assistência Social neste último Ministério.

O livro do Dr. Djang é o primeiro estudo consagrado ao assunto. O autor traça a história da Inspeção, descreve sua organização, explica as funções e métodos dos inspetores, e analisa a notável eficiência com que a Inspeção não só realizou sua tarefa, como também grangeou a confiança tanto de trabalhadores quanto de empregadores. Mostra que o êxito da Inspeção de Fábricas é uma obra de que a Grã-Bretanha bem se pode sentir orgulhosa.

Sir Duncan Wilson, em seu prefácio, diz: "Posso recomendar este livro a todos quantos estejam interessados numa apreciação justa e perfeita da evolução de nossa legislação e administração industriais". No preparo desta obra, o Dr. Djang obteve sugestões e auxílios do Dr. W. A. Robson, Professor Harold J. Laski, Sir Duncan Wilson e do Sr. A. W. Garret, Chefe da Inspeção de Fábricas do governo de Sua Majestade, e outros. Teve, aliás, oportunidades especiais para acompanhar de perto o trabalho dos Inspetores.

A tábua das matérias é a seguinte: Prefácio — Agradecimentos — Introdução pelo Dr. William A. Robson — I — Introdução; II — O estabelecimento do sistema de inspeção de fábricas; III — Centralização e especialização dentro do Departamento de Inspeção Fabril; IV — A atual organização do Departamento de Inspeção Fabril; V — A aplicação da Lei Industrial de 1937; VI — Auto-inspeção na indústria; VII — Inspeção de fábricas durante horas de trabalho, etc.; VIII — Inspeção da Segurança na Indústria; IX — Inspeção médico-social das fábricas; X — A vida funcional do inspetor de fábricas, na Inglaterra; XI — Conclusão — *Post-scriptum* — Referências cronológicas — Bibliografia comentada — Índice.

Ao representante do Conselho Britânico nesta capital, somos gratos pela gentileza da oferta do presente volume.

* * *

PUBLIC LIBRARY ADMINISTRATION — JOHN ADAMS
LOWE — American Library Association — Chicago —
176 págs. — \$ 2.00.

O presente volume contém um interessante, sincero e substancial estudo sobre administração de bibliotecas, de especial utilidade aos que freqüentam cursos de bibliote-

conomia e aos que já exercem, ou pretendem exercer, funções administrativas peculiares a uma biblioteca pública.

A respeito deste livro, assim se manifestou um crítico: "Não é um simples amontoado de pormenores; o autor disse tudo o que era preciso dizer, sendo correto o seu modo de apreciar o assunto.

A tábua das matérias é a seguinte:

I — *O bibliotecário como administrador* — As funções executivas, administrativas e diplomáticas do bibliotecário. Sua educação, treinamento, experiência, qualificações pessoais e profissionais.

II — *O bibliotecário e os membros do conselho* — Funções do bibliotecário; funções e composição do conselho, juntas, sessões, atas, ementários e regulamentos.

III — *Finanças* — Verbas, doações em dinheiro, orçamento, despesas, pagamento de faturas, contabilidade, balancetes e relatórios financeiros. As etapas de rotina são descritas sumariamente, e reproduzidos numerosos formulários.

IV — *Compra de livros e material para biblioteca* — Seleção de livros, o mercado de livros, importações, economia na compra de livros, cobrança, recusas e substituições, revistas, materiais e registo de encomendas.

V — *Organização administrativa* — A biblioteca, instalações, horário de trabalho, distribuição do pessoal, padrões de serviço, salários e organização departamental.

VI — *A importância da estatística* — Padrões estatísticos para avaliar a eficiência, ou adaptação do pessoal, os rendimentos, as coleções de livros, a circulação, o serviço de referência, o trabalho junto às crianças, os serviços prestados à comunidade, as filiais e as agências de extensão. Trata, igualmente, do edifício da biblioteca, da publicidade e do relatório anual.

VII — *Oportunidades oferecidas pela biblioteca pública.*

O texto vem elucidado com a reprodução de formulários, fichas estatísticas, organogramas, etc. — Traz bibliografias e índice.

* * *

INTRODUCTION TO SOCIAL RESEARCH — EMORY S. BOGARDUS — Suttonhouse, Ltd. — Los Angeles, California — 237 págs.

O objetivo deste compêndio é enfeixar diversas técnicas de pesquisa atualmente usadas nas Ciências Sociais. Embora tenha sido dado especial relêvo ao método estatístico, que, sem dúvida, constitui o mais antigo, o mais bem desenvolvido, e o mais geralmente aceito de todos os meios de pesquisa, outros processos de investigação também mereceram do autor a necessária ênfase.

O livro encerra os seguintes capítulos:

I — Sondagem; II — Organização da pesquisa; III — Método ecológico; IV — Processos estatísticos; V — Técnicas de observação; VI — Métodos de inquéritos sociais urbanos; VII — Mensuração de opiniões e atitudes; VIII — Entrevistas coletivas; IX — Entrevistas individuais;

X — Biografias; — XI Diários e cartas; XII — Interpretação do material monográfico; XIII — Representação gráfica; XIV — Exposição escrita; XV — A cooperação na pesquisa — Bibliografia.

* * *

THE SYMBOLS OF GOVERNMENT — THURMAN W. ARNOLD — New Haven — Yale University Press — 1938.

As instituições — tribunais, estabelecimentos bancários, ou órgãos de governo — desenvolvem hábitos institucionais, ou sejam padrões de conduta, independentemente dos hábitos individuais daqueles que para elas trabalham. O autor considera símbolos de governo, tanto as cerimônias como as teorias das instituições sociais. Ordinariamente, estas cerimônias e teorias são estudadas, não como símbolos, mas na qualidade de princípios fundamentais das ciências jurídicas, econômicas, políticas, e de princípios éticos e teológicos. Neste livro, o sr. Thurman W. Arnold se propõe examinar o Direito e a Economia, não como um conjunto de verdades, mas como pensamentos simbólicos e normas de conduta coletiva. A fim de descrever, numa só frase, tôdas estas ciências e indicar que fazem parte de uma tradição comum, o autor escolheu o título "Símbolos de Governo".

O objetivo principal da obra consiste em debater a importante questão de se os problemas de governo devem ser estudados mais à luz de crenças e símbolos, do que pela observação científica, uma vez que o tratamento dos problemas permite soluções ora científicas, ora anticientíficas.

O conteúdo do livro é o seguinte:

Prefácio — Capítulos: I — As Ciências Sociais são estacionárias; II — Teorias acerca da teoria legal; III — O mistério da jurisprudência; IV — A Economia e o Direito; V — Governo espiritual versus governo temporal; VI — O processo de julgamento; VII — A execução da lei; VIII — julgamento por debates; IX — Tribunais versus burocracia; X — Uma filosofia para políticos — Índice.

* * *

INDICADOR DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO EXECUTIVO FEDERAL E SUA LEGISLAÇÃO (Atualizado até 31 de dezembro de 1943) — Departamento Administrativo do Serviço Público — Publicação periódica n.º 11-1 — Serviço de Documentação — Imprensa Nacional — 1944 — 361 págs.

Esta terceira edição do *Indicador da Organização Administrativa do Executivo Federal e sua Legislação* foi preparada pela Seção de Coordenação da Divisão de Organização e Coordenação do D.A.S.P., a fim de substituir, com várias alterações e aperfeiçoamentos, o material informativo das edições anteriores.

O objetivo do *Indicador* é facilitar o intercâmbio de informações administrativas entre os órgãos públicos federais, além de servir como obra de referência sobre a organização dos serviços públicos, direta ou indiretamente administrados pelo Governo Federal.

Atualizado até 31 de dezembro de 1943, o presente volume encerra informações completas sobre a composição dos órgãos da administração federal, relações nominais dos seus responsáveis imediatos, bem como endereços e números de aparelhos telefônicos das diversas unidades administrativas.

A tábua das matérias é a seguinte: a) Organograma geral da Administração Pública; b) Índice alfabético de todos os órgãos da Administração; c) Os grandes grupos da Administração — Presidência da República — Órgãos subordinados ao Presidente da República — Ministérios — Autarquias — assim dispostos: I) Legislação, em ordem numérica, data e respectiva ementa; II) Organograma da

estrutura do grupo, para facilitar apreciações de conjunto e conhecimento imediato das relações de autoridade; III) Organização compreendendo: 1 — órgãos do primeiro nível, isto é, aqueles diretamente subordinados ao chefe executivo do mesmo grupo, em ordem alfabética; 2 — estruturas respectivas, por ordem alfabética, acompanhadas da legislação específica, em ordem cronológica; IV) autarquias, apresentadas segundo o mesmo critério exposto para os órgãos de administração direta.

Relativamente às sociedades de economia mista, Prefeitura do Distrito Federal, Territórios e outras unidades apresentadas no organograma inicial, o *Indicador* não faz referências.

1944
IMPRESA NACIONAL
RIO DE JANEIRO - BRASIL